



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0035/16	DATA: 23/02/2016	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 16h55min	PÁGINAS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ ANTUNES SOBRINHO - Presidente da empresa Engevix.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da CPI Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 37ª Reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Foi solicitada a dispensa da leitura da ata pelo Deputado Enio Verri.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.  
*(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Sr. José Antunes Sobrinho, Presidente da empresa Engevix.

Convido o Sr. José Antunes Sobrinho a tomar assento à mesa.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite levantar uma questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Só permita que o depoente venha à mesa, acompanhado de seus advogados, por favor.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Convido também o Relator, Deputado Sergio Souza, para que tome assento à mesa.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Enio Verri.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, primeiro eu quero salientar que nós entendemos que a presença do Sr. José Antunes Sobrinho aqui faz parte de um acordo. Não há problema nenhum com o que está ocorrendo hoje, e nós não temos divergência nenhuma sobre a oitiva do dia de hoje.

A minha questão de ordem se baseia no art. 35, inciso III, que afirma que as Comissões Parlamentares de Inquérito são prorrogáveis mediante deliberação do Plenário. E, seguindo tal orientação, o Requerimento nº 3.545, de 2015, foi aprovado no dia 2 de dezembro aqui. Esse requerimento prorrogou por 60 dias e definiu da seguinte forma: 30 dias para a continuidade e conclusão dos trabalhos e, em



seguida, mais 30 dias para a análise, elaboração e apresentação do relatório final por parte do Sr. Relator.

Considerando que a conclusão, salvo nova prorrogação, é óbvio, aprovada em Plenário está prevista para o dia 19 de março, o prazo da oitava se encerrou no dia 19 de fevereiro, que foi na semana passada.

A questão de ordem que fazemos questiona se o prazo de 30 dias para análise, elaboração e apresentação do relatório final será considerado ou se V.Exa. pretende agendar novas oitavas antes mesmo de uma eventual prorrogação aprovada pelo Plenário? Essa, inclusive, é uma pergunta que eu já havia feito a V.Exa.

Entendemos que o agendamento de uma nova oitava, sem a prorrogação aprovada pelo Plenário, implicaria uma prática que não está em conformidade com o Regimento, em função da aprovação do Requerimento nº 3.545, de 2015, pelo Plenário, o que, naturalmente, poderia implicar ações futuras junto ao STF e que se sintam prejudicados, além de ser um péssimo exemplo de uma Casa de Leis perante a sociedade, que é obrigada a cumprir as normas que aqui deliberamos.

Em resumo, questionamos se V.Exa. pretende agendar novas oitavas antes mesmo de uma eventual prorrogação aprovada pelo Plenário. Rapidamente era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Deputado Enio Verri. Nós aprovamos, por unanimidade, em dezembro, a prorrogação da CPI por 60 dias, com a sugestão de cronograma de 30 dias para oitava e 30 dias para o relatório final. Eu cumpri todos, absolutamente todos os acordos assumidos aqui nesta Comissão.

A minha vontade era que pudéssemos avançar nas oitavas e na deliberação de requerimentos, inclusive com os que ficaram pendentes na semana passada, a exemplo do Ministro da Casa Civil, Sr. Jaques Wagner, que teria aqui uma excelente oportunidade para se defender das acusações e das denúncias que foram apresentadas envolvendo o seu nome em triangulação em operação de tráfico de influência, ao lado do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, do Diretor da FUNCEF, Carlos Borges, e do Presidente da OAS, Sr. Léo Pinheiro. *(Palmas na plateia.)*



Assim também foi solicitada na pauta a aprovação do requerimento para que encerrássemos esse ciclo de investigações com a presença dos quatro Diretores-Presidentes dos fundos de pensão: o Sr. Caser, da FUNCEF; o Sr. Conquista, do POSTALIS; o Sr. Henrique Jäger, da PETROS, e o Sr. Gueitiro Matsuo, da PREVI. Vieram aqui nas duas primeiras semanas, para responder alguns questionamentos que já dispúnhamos e para apresentar o funcionamento dos fundos. Seria muito bem vindo que viessem agora no encerramento, depois das inúmeras denúncias e indícios de irregularidades que esta CPI teve o condão de apurar.

Todos aqui acompanharam a última sessão. Conseguimos, diante da obstrução do Governo, aprovar apenas o primeiro requerimento, mas que já nos enche de esperança, que é o requerimento de nova prorrogação da CPI para que possa concluir esse ciclo de investigações, já que já fomos capazes de identificar um *modus operandi* muito parecido com o do Petrolão nos fundos de pensão: aparelhamentos das instituições, tráfico de influência e direcionamento dos negócios para atender a interesses político-partidários.

A expectativa é de que o requerimento aqui aprovado na última sessão, por 16 votas a 11 votos, possa ser referendado pelo Plenário, como exige o Regimento. A minha sincera expectativa é de que, nesta semana, ou no mais tardar na próxima semana, tenhamos condições de ter esse requerimento deliberado em Plenário. Contamos com a aprovação do mesmo, porque temos a voz dos mais legítimos a pedirem essa prorrogação, que não é a minha, nem a sua, nem a do Relator, mas a dos aposentados, que estão aqui presentes e que estão dando um crédito ao trabalho de investigação. (*Palmas na plateia.*) Então, nós esperamos a sensibilidade do Plenário.

Eu sei que o Planalto já se pronunciou e pediu aos Líderes da base a blindagem das pessoas do Governo, inclusive dos Ministros, para que os Líderes da base evitassem o seu chamamento. Mas, bem ou mal, essa terá que ser uma decisão do Plenário. E lá, quem for a favor e principalmente quem for contra a apuração do desvio do dinheiro de aposentados vai ter que deixar a sua digital marcada no painel de votação. (*Palmas na plateia.*)

Então, cumprindo o acordo — sempre tive em V.Exa. uma voz serena e madura na condução dos diálogos para que esta CPI pudesse avançar até onde



avançou, tendo a Oposição no comando da Mesa, mas fazendo de forma muito plural todas as investigações —, pode ter absoluta convicção de que o cronograma que foi votado será respeitado, até porque a decisão contrária do Presidente iria colocar em xeque a legitimidade de nossa CPI, que, aos olhos da sociedade, talvez como qualquer outra, nasce com presunção de pizza, mas que, pela seriedade, serenidade e maturidade na condução de todos, nos dá a alegria de poder receber a confiança e o apoio da sociedade brasileira, em especial dos beneficiários do fundo de pensão, que, diante da descrença, tiveram a chance de vir aqui. *(Palmas na plateia.)*

Hoje temos aqui uma presença maciça. Talvez, de todas as sessões — isso é muito simbólico —, nunca tenha havido uma com um comparecimento tão grande. Muito mais do que a presença numérica, é possível sentir no ar a esperança no olhar dessas pessoas, no sorriso delas. E eu tenho certeza de que elas serão capazes de sensibilizar os Parlamentares e o Presidente da Casa para o fato de que é preciso ter responsabilidade. Como eu disse da última vez, seria leviandade — aqui foi levantada a palavra leviandade — deixar roubar e não apurar.

E assim será, até o último momento, que é o relatório final do Deputado Sergio Souza. Eu tenho convicção disso e muita segurança no trabalho do Deputado Sergio Souza. S.Exa. trará um relatório final que irá sintetizar os trabalhos de investigação da Comissão, apurando as irregularidades e indiciando aqueles que têm de ser indiciados, doa a quem tiver de doer. *(Palmas na plateia.)*

Para encerrar, quero dizer que, dentro desse cronograma, a expectativa é de que até a semana que vem possa ser votado esse requerimento. O prazo do atual cronograma da CPI encerra-se no dia 19 de março, e, para que possa ser votado o relatório final, com a perspectiva de prazos de vista e discussão do mesmo, a apresentação deverá ser, o mais tardar, no dia 9 de março. Ficará, claro, a critério do Relator, Deputado Sergio Souza, conduzir a elaboração e a apresentação do mesmo, contando com a colaboração dos Sub-Relatores, como o Deputado Marcus Pestana, que está aqui presente.

Então, acolho a sua questão de ordem e dou esta minha fala como resposta à mesma. O cronograma previsto no requerimento de prorrogação está sendo efetivamente cumprido, tal qual foi assumido com os senhores e senhoras, apesar



de a minha vontade pessoal ser avançar e, hoje, poder votar requerimentos, antecipando a prorrogação, que eu espero possa acontecer. Mas o acordo será cumprido.

Muito obrigado. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

Um dia ainda vou ser advogado, porque advogado fala bonito, fala muito bem; economista tem essa dificuldade de ser muito claro. Eu já teria dito “sim” ou “não”. Mas, a minha...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Realmente, os economistas não têm sido muito claros neste País. (*Risos.*) (*Palmas na plateia.*)

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Não, não têm, não têm. E para V.Exa. se lembrar de como economista tem dificuldade, os economistas do Governo de Fernando Henrique quiseram mudar o nome de PETROBRAS para PETROBRAX. Eram economistas que dirigiam a saúde, dirigiam a PETROBRAS. Eram todos economistas! E os economistas do Governo Fernando Henrique fizeram miséria, o que é importante lembrar.

Mas, voltando agora à minha pergunta — V.Exa. mudou de assunto —, com o respeito que eu tenho a V.Exa., há uma divergência no seu lindo vocabulário, que eu, conforme já disse, tenho alguma dificuldade em entender. Quando nós aprovamos o acordo, por unanimidade — ou seja, nós também votamos favoravelmente, porque entendíamos que tinha, sim, que prorrogar —, o acordo era o seguinte: 30 dias para continuidade e conclusão dos trabalhos e, em seguida, mais 30 dias para análise. Então, eram 30 dias e 30 dias. Claro, volto a insistir, o dia de hoje não pode ser levado em conta, porque, afinal de contas, temos um acordo. E o acordo, V.Exa. sabe, nós o honramos. Houve um problema de família, sentimos muito, e não podemos misturar as coisas.

Fora isso, era esta a observação que eu queria fazer a V.Exa. E quero dizer que para haver consenso quer dizer que os dois lados concordaram. É só isso. Eu agradeço a resposta e aguardo o encaminhamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Relator, Deputado Sergio Souza.



**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Duas questões bem rápidas, mas importantes para que todos tomem conhecimento.

O Sr. José Antunes Sobrinho, no acordo, deveria ter sido ouvido por nós na semana passada, mas, por conta de uma questão particular, não pode vir e está aqui hoje. Eu, enquanto Relator, agradeço a V.Sa. por ter comparecido perante esta Comissão. Isso é muito importante para nós esclarecermos alguns fatos pendentes.

E nós temos, também, Deputado Enio Verri, Deputado Assis Carvalho, Deputada Erika Kokay, Deputado Marcus Pestana, uma diligência que está proposta para a semana que vem, no dia 4. É nossa intenção fazer essa diligência, que é muito importante para esta CPI. Isso não está no campo da deliberação, mas eu acho que nós podemos fazer e eu gostaria, aqui, de pedir apoio para isso.

E há eventuais situações que venham a surgir, que sejam necessárias para que a Relatoria conclua o seu trabalho, não do ponto de vista de oitivas, de novas convocações, porque para isso há um requerimento aprovado, e o Presidente respondeu à questão de ordem de forma correta. Mas a Relatoria, mesmo que não numa audiência pública, reserva-se o direito de conversar com os colegas, se for preciso, para construir alguma coisa nesse sentido.

Eu queria dar ciência a todos de que desde o ano passado, quando nós não tínhamos a certeza da prorrogação — nós não tínhamos a certeza da prorrogação, nós tínhamos uma dúvida muito grande naquele momento, se teríamos ou não a prorrogação da CPI — eu, juntamente com a assessoria desta Comissão, que são pessoas espetaculares, não me canso de dizer, fizemos algo que eu não sei se as outras CPIs fizeram, Presidente. Mas parece-me que nós pegamos os melhores de cada uma das áreas e colocamos dentro da nossa equipe. *(Palmas.)*

Não tenho dúvidas de que nós vamos fazer um relatório muito bom. Não vou dizer perfeito, porque pode ser que na minha opinião seja, mas na do Deputado Efraim Filho não; na de outro, não. Mas vamos fazer um relatório muito bom.

Nós já estávamos preparados para o ano passado. Nós já tínhamos uma determinação — os senhores lembram. Eu até fiz aquela viagem à COP, como Relator da Comissão de Mudanças Climáticas. Na volta, essa possibilidade de prorrogação já havia sido articulada. Agora, não é diferente. Nós estamos já com o nosso relatório bastante adiantado, estamos com o nosso cronograma para entregá-



lo no prazo. Mas digo a todos que há, sim, alguns pontos importantes para serem investigados. E se a CPI for prorrogada, nós vamos nos aprofundar, sim, nesses pontos.

Sr. Presidente, da mesma forma é importante dizer, já que abrimos o debate — peço a compreensão do depoente somente para finalizarmos esse ponto —, que, em havendo prorrogação, nós teremos 60 dias de investigação, e, ao final, a relatoria precisa do tempo necessário para fechar o relatório, senão não o fechamos. Se fizermos deliberativa e oitiva à véspera do prazo de entrega do relatório, não será o relatório que nós queremos, que traga resultado e que dê segurança especialmente a duas pessoas: primeiro, aos beneficiários dos fundos de pensão, que precisam de um instrumento que dê a todos a garantia de que a insegurança do passado não prevalecerá para o futuro. (*Palmas na plateia.*) E a segunda pessoa é a sociedade brasileira. Os senhores acham que não, mas tem dinheiro público. Como é que tem? Não é só o dinheiro de V.Sas. beneficiários. Metade do dinheiro que está lá é dos senhores e a outra metade é da Caixa Econômica, é da PETROBRAS, é do Banco do Brasil, é dos Correios, que é dinheiro público.

Então, é o povo brasileiro que deixa de ter nos seus investimentos, na ampliação do tamanho dessas instituições para beneficiar ainda mais a sociedade Realmente, essas duas pessoas: o povo brasileiro e os beneficiários não serão frustrados ao final do nosso relatório, independentemente da prorrogação do prazo. Lógico, repito, se houver a prorrogação do prazo, nós temos, sim, muito ainda a fazer.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Quero apenas, Sr. Presidente, deixar claro que não foi a resolução. A resolução não foi uma sugestão. Enfim, foi uma resolução muito nítida ao dizer que havia 30 dias para conclusão das diligências, até o dia 19 — está claro isso aí —, e mais 30 dias para a conclusão do parecer do Relator. E, via de regra, nós temos que nos debruçar sobre ele, porque ele é a síntese de todo o trabalho que a CPI desenvolveu.



Portanto, parece-me até que seriam insuficientes os 30 dias. Poderíamos começar antes, inclusive, esses 30 dias, para que nós pudéssemos nos dedicar com muita profundidade a este relatório. Tem razão o Relator quando diz que se nós formos acumulando o nível de oitivas e de diligências, nós vamos pecar pelo não primor e pela não profundidade da discussão do que é fundamental e o que fica nesta CPI. É óbvio que todas as discussões nos acrescentam sobremaneira, mas o importante, o que fica atestado e certificado como trabalho desta CPI é o relatório.

O relatório não é qualquer coisa. Nós temos sub-relatorias que precisam também ser analisadas. Enfim, eu diria que todas as discussões que tivemos durante esse período de existência da CPI se avivam e retornam durante a realização das discussões acerca do próprio relatório.

Mas de toda a sorte, na semana passada, repito, nós concordamos com alguns requerimentos que ali estavam colocados. E inclusive concordamos em efetivar esta oitiva no dia de hoje. Nós concordamos!. Nós pretendemos escutar o depoente de hoje em função de um acordo, porque, a rigor, pela resolução absolutamente nítida que foi aprovada no Plenário desta Casa, nós já não deveríamos ter hoje qualquer tipo de oitiva. Só poderíamos tê-la na medida em que o Plenário desta Casa corroborar com as decisões e ratificar a decisão que foi tomada nesta CPI por — se não me falha a memória — 14 votos a 9 votos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A deliberação aqui da nova prorrogação foi por 16 votos a 11 votos, e é com ela que eu procuro trabalhar daqui por diante. E confio, Deputada Erika Kokay, na deliberação do Plenário, que é soberana.

É claro que um requerimento de prorrogação aprovado na Comissão tem um simbolismo muito forte. O simbolismo de um requerimento que faz do Governo minoria na Comissão é o de que aqueles que estão acompanhando as investigações querem se aprofundar, porque encontraram nos fundos de pensão potencial muito grande para ser também um foco — já que a palavra foco está tão em voga hoje. Não é o foco do *Aedes aegypti*, mas é também um vírus que tem prejudicado demais o Brasil, que é o vírus da corrupção, e ele está presente também nos fundos de pensão, que fizeram parte de toda essa rede de corrupção. (*Palmas na plateia.*)



A face mais cruel de toda essa lama que o Brasil enfrenta é revelada: o desvio de dinheiro de aposentado. Sempre ouvimos falar, como figura de linguagem, que o cidadão brasileiro no final é quem paga a conta da corrupção, Sr. Antunes Sobrinho. Mas agora isso deixou de ser figura de linguagem e se materializou: a corrupção está vindo descontada no contracheque dos aposentados. Eles é que estão pagando a conta dessa corrupção. (*Palmas na plateia.*)

Então, agradeço a todos a atenção, agradeço a presença maciça hoje aqui. Estão presentes representantes da ANIPA, pessoas que vieram de todo o Brasil, de Santa Catarina, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná. A presença dos senhores engrandece o trabalho desta Comissão. Apesar de as pesquisas de opinião pública colocarem o Parlamento, muitas vezes, no último lugar no *ranking* de credibilidade, ver essa crença dos senhores nos dá um estímulo muito forte; ela nos diz que estamos no rumo certo. É somente disso que precisamos para continuar com o nosso trabalho.

Aproveito as palavras do Deputado Sergio Souza: se a CPI encerrasse hoje, ela teria sido extremamente exitosa, porque já conseguiu mudar práticas, já conseguiu mudar procedimentos. Já se tem notícia de fundos que hoje olham para os investimentos com muito mais cautela do que anteriormente, porque a seriedade da CPI os levou a terem cuidados redobrados.

E é importante também citar, Relator, para engrandecer o seu trabalho e o da nossa consultoria, que é claro que no momento da investigação o pilar investigativo ganha realce muito forte; é claro que todo mundo está interessado nas notícias de investigação, nas fraudes que foram apuradas, nos indícios que nós investigamos.

Porém, ao lado do pilar investigativo, que virá consubstanciado nos indiciamentos, a partir de agora é de se ressaltar também um pilar propositivo. As mudanças que a nossa equipe trará para o Relator incluir no seu relatório são voltadas para o aperfeiçoamento da legislação, uma legislação hoje que é arcaica, que é obsoleta, que deixa espaço e fragilidades para que gestores, quando de má-fé, possam saquear os fundos de pensão.

Então, temos também essa missão, que talvez seja maior vocação do Parlamento, que é a de aperfeiçoar essa legislação, modernizá-la, criar



salvaguardas, para que seja preservado e protegido o dinheiro que garante a aposentadoria dos senhores e das senhoras.

Essa é uma preocupação que nós temos. Iremos apresentar avanços e novidades de vanguarda para a legislação brasileira, inclusive fazendo estudos comparados entre o que há de mais moderno no mundo em termos de legislação de fundos de pensão. Essa é a nossa sincera expectativa, para que possamos avançar. É a vocação do Parlamento.

E, no trabalho de investigação, nós temos contado aqui com o apoio da CVM, da PREVIC, do Banco Central e da Polícia Federal, que nos forneceu três servidores — um delegado, um agente de polícia e um perito contábil —, que nos tem ajudado nos trabalhos de investigação. O Ministério Público Federal pediu compartilhamento das provas produzidas aqui por nós, reconhecendo que os trabalhos da CPI estão inclusive mais avançados. Estão querendo esse compartilhamento. Então, essa gestão integrada e compartilhada das investigações também é uma das receitas de êxito neste momento.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, permita-me, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputado Assis.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Queria somente registrar que o trabalho que V.Exa. está conduzindo, juntamente com o nosso Deputado Sergio Souza, é um trabalho relevante, necessário e que tem contado praticamente com o apoio de todos os membros daqui, sejam da oposição ou da situação.

Eu acho que nenhum Parlamentar que aqui se encontra tem interesse na fragilidade dos fundos de pensão. É importante que possamos fechar todos os ralos.

É preciso que essas questões fiquem claras, porque, às vezes, pela boa linguagem de V.Exa., a quem parabênizo pela linguagem eloquente, passa-se a ideia de que um quer e o outro não. E não tem sido assim, tanto que os requerimentos têm sido aprovados aqui por consenso. A conclusão desse trabalho foi apresentada, e nós a aprovamos por consenso. Se fossem 90 dias, nós teríamos aprovado; se fossem 120 dias, nós teríamos aprovado.

Sr. Presidente, V.Exa. é um bom regimentalista e sabe que nós queremos apenas que seja cumprido, e V.Exa. já disse que vai cumprir. Nós estamos aqui de



acordo com V.Exa. Então, queremos, primeiro, deixar as coisas às claras. Não há uma posição como se alguém quisesse e outro alguém não quisesse.

Agora, não podemos deixar de registrar que quando passam as palavras o resto passa depois. Às vezes se esquecem de que em 1998... (*Apupos na plateia.*) Os senhores podem gritar à vontade. Eu não tenho medo de vaias compradas. Eu não estou preocupado com isso.

Em 1998, quando a Vale do Rio Doce foi avaliada em 100 bilhões, Fernando Henrique Cardoso a vendeu por 3,6 bilhões para os amigos, utilizando dinheiro da FUNCEF. Isso às vezes é esquecido, e não pode. Esses 3,6 bilhões, parte dos quais foi da FUNCEF, está dando um pequeno prejuízo de 70% dos 5,5 bilhões. Temos que colocar isso no colo de quem é o pai da criança, que é Fernando Henrique Cardoso, o tucano. (*Apupos na plateia.*)

Os tucanos podem ficar à vontade, podem gritar com Miriam Dutra, com o seu povo. Não estou preocupado com isso. (*Apupos na plateia.*)

Então, primeiro, quero dizer que 70% do rombo da FUNCEF é de responsabilidade dos tucanos. (*Apupos na plateia.*) E 25%, Sr. Presidente e Sr. Relator, é um contencioso da época em que as pessoas colocavam capatazes para humilhar trabalhadores, pegando-os lá no Piauí e colocando-os em São Paulo, e não faziam recolhimento na FUNCEF.

Então, é preciso dizer que quem deu rombo na FUNCEF até agora deveria ser responsabilizado. Eu espero — e confio no trabalho de V.Exa. — que o relatório colocado aqui diga que nós tínhamos 10 bilhões e passamos para 56 bilhões. O ativo da FUNCEF deve ser contado. Isso faz parte de uma gestão temerária, à qual, graças a Deus, colocamos freio em 2002. Então, vamos colocar isso às claras.

Por fim, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, para seguirmos em frente.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Vou concluir, mas isso tem que ser registrado, porque senão passa a ideia...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Senão, Sr. Presidente, passa a ideia...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas já foi registrado.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Eu preciso registrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas isso não é questão de ordem, é discurso.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Permita-me concluir, eu vou concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Conclua.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - É porque senão passa a ideia de que o rombo da FUNCEF de hoje não foi responsabilidade dos tucanos, e foi. Isso tem que ficar registrado. *(Apupos na plateia.)* Quem roubou o dinheiro da FUNCEF foi exatamente o uso temerário daqueles que pegaram o dinheiro da FUNCEF para comprar ações para privatizar a Vale do Rio Doce. *(Apupos na plateia.)*

Sr. Presidente, eu preciso concluir. Eu preciso ter o respeito necessário, que 100 mil brasileiros me confiaram. Eu preciso ser respeitado neste Parlamento, porque esta é a nossa Casa e nós temos que fazer os debates com seriedade, mesmo que isso venha a ferir os ouvidos daqueles que são aqui alugados para poder vaiar as pessoas.

Então, eu tenho que ser respeitado. *(Apupos na plateia.)*

Sr. Presidente, eu preciso dizer claramente que eu sou da FUNCEF e tenho orgulho de hoje estar aposentado por ela. De 2003 para cá houve uma gestão, uma situação tal, e antes não se investigava nada. As investigações hoje acontecem, porque uma gestão de 2003 para cá ofereceu condições objetivas.

Então, Sr. Presidente, quero encerrar e dizer isto: é preciso deixar registrado o rombo feito pelos tucanos, que, para privatizar a Vale do Rio Doce, utilizaram dinheiro da FUNCEF, e o contencioso, que infelizmente não foi recolhido numa época temerária de uma gestão que levou este País a uma situação bastante triste.

Então, não poderíamos deixar de registrar isso, porque senão passa-se a ideia de que antes tudo eram flores, maravilhoso, muito embora fosse muito protegido pela mídia — como ainda hoje é, porque são os donos das mídias deste País. Mas quem deixou um grande rombo na FUNCEF foi exatamente a gestão que utilizou o dinheiro nosso para comprar ação da Vale do Rio Doce em 1998.

Muito obrigado.



**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu peço que permaneçam em silêncio.

Eu só aproveito uma frase sua, Deputado Assis Carvalho. V.Exa. disse que às vezes passa-se a impressão de que uns querem investigar e outros não. Levando de boa fé a sua declaração, eu lhe digo que a prova será a votação no painel da Câmara dos Deputados, onde cada um deixará a sua identidade. *(Palmas.)* Quem quer investigar vai votar a favor da prorrogação da CPI, quem não quer vai votar pelo encerramento.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, não precisa falar nessa linha. Nós vamos votar com a nossa consciência, pelo que nós acordamos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Concordo.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sr. Presidente, eu acho que nós não temos o interesse de promover um debate aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vamos continuar com a sessão.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Senão, nós vamos ficar aqui. Veja o caso da Sete Brasil: quanto foi que a FUNCEF perdeu com ela?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perdeu 1 bilhão e meio. *(Palmas.)*

Muito bem. Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se junto à Secretaria.

O Relator disporá de 30 minutos para interpelações; os Sub-Relatores, de 10 minutos para interpelações.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para interpelações.

O depoente apresentou *habeas corpus*, ficando dispensado de prestar o juramento.



O Sr. José Antunes Sobrinho tem a palavra por 20 minutos, para fazer uma apresentação pessoal e qualquer comentário que porventura entenda necessário neste momento.

**O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** - Boa tarde a todos os membros da Comissão, da Casa e da plateia também. Eu gostaria, inicialmente, de pedir desculpas aos senhores, que estão tomando seu tempo, mas eu, infelizmente, por conta de um *habeas corpus* que foi formulado pelo meu corpo jurídico, não vou poder responder às questões pelas quais eu fui convocado. Eu estou de fato respondendo a dois processos, e, neste momento, a minha defesa está completamente envolvida nisso. Então, é uma decisão que não é tomada puramente por mim, nem é meu desejo forte nesse sentido, mas eu não vou poder responder perguntas. Eu queria deixar isso bem explicado para os senhores. É uma situação anômala. E também eu queria me colocar à disposição, num momento vindouro, assim que esse processo e que as questões em que estou envolvido tenham uma conclusão, colocar-me completamente à disposição para voltar, mediante uma solicitação da Casa. Também gostaria de agradecer à Casa pela compreensão, porque houve um falecimento de um familiar próximo na semana passada, razão pela qual eu não pude comparecer. Era isso que eu queria transmitir aos senhores. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Sr. José Antunes Sobrinho, o senhor está munido de um *habeas corpus* e tem o direito constitucional, que lhe é garantido, de permanecer em silêncio e não responder. Porém, o direito que o senhor tem de não falar também assegura à CPI o direito, ou a obrigação que o senhor tem de ouvir. Alguns Parlamentares e o Relator podem querer aproveitar o momento para fazer indagações e comentários que terão que fazer.

Aqui, eu vou repetir a frase que eu já falei, para provar que não há parcialidade. O que eu falo para um eu falo para outro. Aqui esteve o Sr. Vaccari Neto, e eu disse a ele a mesma frase: eu nunca vi ninguém vir aqui para sentar nessa cadeira, ficar calado e ser inocente. (*Palmas.*) E os processos a que o senhor responde, com todo o conhecimento que nós temos da Operação Lava-Jato, são indícios bastante robustos de que, realmente, aquilo que a Comissão investiga —



que é o tráfico de influência, o direcionamento dos negócios, utilizando-se do dinheiro dos fundos de pensão — possa ter acontecido.

Eu sei que não pode, o senhor, aqui, assumir que posição está tomando nos seus processos. Mas me parece que a preocupação da sua defesa faz esta Comissão interpretar que possa estar havendo tratativas para uma delação premiada. Se assim o for, espero que traga informações bastante relevantes quanto aos fundos de pensão, já que a Engevix, da qual o senhor é Diretor-Presidente, recebeu da FUNCEF mais de 340 milhões de reais, os quais outros depoimentos, como o do Sr. Milton Pascowitch aqui, nesta Comissão, já deixaram claro, e assumiram que foram frutos de propinas a serem destinadas ao Sr. Vaccari Neto, entre outros. É a alegação do Sr. Milton Pascowitch, não só na CPI, como nos termos de declaração e de delação na Operação Lava-Jato.

É o que tenho a lhe dizer.

O senhor responderá pela consequência dos seus atos. O direito de ficar em silêncio lhe é garantido. Mas isso também gera, para a Comissão, a presunção de que o seu *status* de investigado poderá gerar consequências bastante graves, conforme o entendimento que o Relator adotará no seu relatório final.

Eu aproveito e passo a palavra ao Relator, Deputado Sergio Souza.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Bom, boa tarde a todos.

Sr. Presidente, caros colegas, depoente, colega advogado, todos os funcionários da Caixa, dos Correios, beneficiários como um todo, especialmente os meus conterrâneos do Estado do Paraná, sejam todos bem-vindos a esta Comissão, assessoria, imprensa, todos.

Sr. José Antunes Sobrinho, é muito triste, realmente, quando, num cenário como este, a corrupção tornou-se pauta da opinião pública, do noticiário. Não é mais um debate entre políticos, ou numa esfera governamental; é uma situação que está na casa do cidadão mais humilde ao mais abastado de condição financeira ou intelectual.

E é muito triste, num momento como este, nós sermos surpreendidos... Eu gostaria de perguntar: de quando que é a decisão do *habeas corpus*?

O advogado pode responder, Sr. Presidente?



**O SR. TRACY REINALDET** - Foi decidido faz duas semanas esse *habeas corpus*. E é por conta de uma linha de defesa assumida pelo José Antunes, justamente no sentido de colaborar com o esclarecimento da verdade, não só perante esta Casa, como perante o Poder Judiciário, que, infelizmente, no momento atual, ele tem que se reservar no direito ao silêncio. Mas desde já se coloca à disposição desta Casa, para, no momento vindouro, onde esse empecilho não exista mais, ele possa esclarecer.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Deixa-me fazer uma pergunta aqui. Nós temos, e já aconteceu em outros casos aqui, o instituto da sessão reservada. E numa sessão reservada, sem a presença da imprensa, é lógico, que não é gravada, sem a presença das pessoas... Todos compreendem, lógico, que nós gostaríamos que... Quanto mais transparente for, melhor será para todos. Mas em sessão reservada, inclusive, o teor da reunião passa a ser reservado e vai, inclusive, albergado pela lei do sigilo. E aí eu não sei, Presidente, quantos anos isso fica...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Numa sessão reservada pode ser até 15 anos.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Isso. Lógico, e não pode ser compartilhada, essa coisa toda.

E seria possível a gente esclarecer alguns pontos, aqui, em uma sessão reservada?

**O SR. TRACY REINALDET** - Deputado Sergio, infelizmente não. Ainda que a sessão seja reservada, a autoridade para a qual ele prestará depoimento não pode ser esta Casa, no presente momento.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O.k. Então, vamos lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E me parece que fica muito claro, Deputado Sergio Souza, a tratativa. E, por questão legal, se sequer assumir que está fazendo tratativas de acordo de delação premiada não é permitido ao réu, sob pena de perder os seus benefícios, a expectativa é de que, em nada acontecendo até o relatório final, V.Exa. terá a presunção de que os fatos alegados contra o Sr. José Antunes Sobrinho são verdadeiros, diante do silêncio dele. Se porventura ocorrer a delação premiada, com materialidade, com provas de que os fundos de pensão tiveram uma relação muito forte com esse desenvolvimento da



Lava-Jato, fatos bastante relevantes para esta Comissão podem surgir. Fica a critério de V.Exa. como conduzir o assunto daqui por diante.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Perfeito.

Bom, o senhor sabe por que está aqui. O senhor sabe por que o senhor está na CPI, por que o senhor foi convocado?

**O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** - Esclarecimento de alguns fatos.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - É, o senhor sabe a razão? O senhor sabe do que se trata esta CPI?

**O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sabe?

**O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** - Li pela imprensa. Realmente eu...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - É uma CPI... Deixa eu lhe explicar, Sr. José Antunes. É uma CPI que investiga possíveis desvios, malversação, corrupção, nos fundos de pensão da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, da PETROBRAS e dos Correios. E V.Sa. é sócio de algumas empresas que obtiveram recursos, especialmente da FUNCEF. O senhor lembra disso? O senhor participou de uma... O senhor é sócio de quais empresas?

**O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** - É...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Essas são perguntas que não têm nenhuma relevância... Isso é público.

**O SR. TRACY REINALDET** - Deputado, com todo o respeito, a orientação da defesa é que ele se reserve a todas as questões.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Então eu peço para que o depoente responda. Não precisa ser o seu advogado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Então que ele responda.

**O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** - Bom, deixa-me fazer o seguinte, Relator, Deputado...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Claro.

**O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** - Eu fui bem claro na minha exposição. Obviamente, ninguém vai se sentir confortável. Eu tenho um currículo, também; se o senhor quiser, verifique.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Eu tenho aqui. Inclusive...



**O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** - Mas infelizmente...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - ...o senhor é formado pela universidade do meu Estado, Universidade Federal do Paraná.

**O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** - Mais uma coisa: eu tenho que seguir esse tipo de orientação...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Não, eu entendo isso.

**O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** - ...com total desconforto.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Mas tem algumas perguntas aqui...

**O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** - Mas eu, realmente... É que eu não posso...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Ó, por exemplo, tem assim... Tem perguntas que não dizem respeito a... Não vou perguntar ao senhor quanto é que foi entregue em propina para A ou B. Nós temos dados sobre isso. Eu vou perguntar, por exemplo, se o senhor foi até a FUNCEF, quantas vezes, o que foi fazer, com quem foi falar.

Por exemplo, nós temos aqui um relatório de que o senhor esteve, pelo menos, 11 vezes na FUNCEF, no período em que nós verificamos; e que ficava dentro da FUNCEF — não sei se é do conhecimento das pessoas que estão aqui — às vezes 4, 5 horas. Mas o período normal era de 2, 3 horas. Isso, num período de 2 anos. Era muito corriqueira a sua presença na FUNCEF.

E temos alguns dados, por exemplo, de que a empresa de V.Sa., que antes de ser chamada de Desenvix, que era um braço investidor da Engevix, que tinha foco no setor elétrico, que, inclusive, é a especialidade de V.Sa... E eu li o seu currículo, e realmente é invejável. Eu vi inclusive que V.Sa. deu palestra fora do País para mostrar o potencial energético e o potencial de energias renováveis do Brasil. Mas V.Sa. tinha uma empresa, antes, que se transformou nessa Engevix. E a Engevix, ela foi constituída por um capital...

São perguntas que nós precisamos tentar entender. Só para os senhores e as senhoras entenderem o que nós estamos querendo aqui... E gostaria... Por isso que é uma perda muito grande para a CPI estar aqui aquele que foi o mentor, o idealizador desse fundo, e não poder explicar isso à CPI.



Mas, só para vocês terem uma ideia, foi constituído um FIP chamado Cevix. Esse FIP Cevix... Essa empresa, que é a Desenvix, ela tinha um patrimônio, um valor contábil de 172 milhões de reais. Estava lá, na contabilidade, declarado. E vocês sabem, ou muitos sabem, como é que funciona o patrimônio contábil de uma empresa. Ela passa por um processo de desvalorização anual dos equipamentos, e assim por diante, mas ela é um valor muito parecido com o valor real. Algumas empresas não, têm um capital social pequeno e tal. Mas, empresas como essa, é muito parecido.

Mas foi contratada uma empresa para fazer uma avaliação, que é uma tal de Upside, e essa empresa foi lá e avaliou a empresa de V.Sa. de uma forma, no mínimo, muito estranha. Como é que eu contrato alguém para avaliar um imóvel meu e a mesma pessoa, Deputado Enio, a mesma pessoa, vai lá e me entrega cinco avaliações possíveis? Não pode, gente! É uma situação no mínimo estranha, está certo? A não ser que é uma coisa... Como é que... Se eu tenho uma casa, um patrimônio, se eu tenho um carro, se tenho ações, isso tem que ter um valor. No mínimo, dizer assim: *“Olha, aproximadamente, vai de tanto a tanto”*. Mas ela entregou cinco, essa Upside, cinco valores. De 172, ela apresentou o primeiro deles em 592 milhões. Aí, depois, 617, 644, 737, 782 e 899 milhões de reais.

Mas por que essa situação? Qual era a necessidade de mostrar o maior valor? Porque, para fazer a captação, um fundo de pensão não poderia aportar mais do que 20%. E, aí, a FUNCEF, ela aceitou... E aqui eu começo a ver, inclusive, as razões de V.Sa. ter estado tanto na FUNCEF. A FUNCEF aceitou não o menor valor, Deputada Erika; acertou o valor de 782 milhões, o segundo maior valor. É estranho!

Mas vamos em frente, só para a gente tentar entender por que é importante a presença de V.Sa. aqui. E espero, realmente, Sr. José Antônio... E entendo. Advogado que sou, eu sei das prerrogativas de V.Sa., e respeitamos, respeitamos, porque isso é do nosso ordenamento jurídico, da nossa Constituição da República, que prevê situações como essa. É lógico que lamento, porque há uma perda para muitos. E poderíamos ganhar muito com a presença de V.Sa.

Mas, só para a gente continuar nessa linha de raciocínio, então, esse imóvel, esse fundo, ele foi constituído, onde essa empresa colocaria 600 milhões de reais, e a FUNCEF entrou com 200 milhões de reais, para fazer seis empreendimentos, seis



empreendimentos. De repente, no meio do caminho, mudou: essa empresa pegou a avaliação de 782 e a FUNCEF foi lá e colocou mais 60 milhões de reais, ou seja 260 milhões, e não era mais para seis empreendimentos, passaram a ser somente cinco. Vocês vejam: aumentou o valor do aporte e diminuiu o tamanho dos investimentos.

Muito a gente queria entender sobre isso. E aqui já estiveram outras pessoas, que falaram sobre esse assunto, como, por exemplo, o Milton Pascowitch. Quem lembra do seu Milton Pascowitch? Já passou por aqui, e inclusive abriu o seu sigilo e disse, alto e bom som, que, durante a administração da Jamp, que era a empresa que foi constituída para fazer a intermediação entre o Fundo Cevix, a Engevix... E aí falou do Sr. José Dirceu, falou do Sr. Vaccari. E outras testemunhas também passaram por aqui e disseram da mesma forma. O senhor veja... O Sr. Gerson Almada passou por aqui, vários passaram aqui. E era necessário a gente ouvir para fechar esse elo.

Por isso fizemos um acordo com o Presidente. E agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Efraim, por ter feito essa deferência na reunião de hoje. Mesmo, Deputado Enio Verri, nós já estando no prazo da relatoria, seria importante para a relatoria tentar entender um pouco melhor essa situação.

Bom, mas, aí, Sr. Presidente, veja só o que nos leva a crer... Se você pegar do menor valor ao valor aceito pela FUNCEF, nós estamos falando de qualquer coisa em torno de 300 milhões de reais — era a diferença entre o menor valor avaliado pela Upside e o valor aceito pela FUNCEF. Então, isso deu uma margem, aparentemente, de negociações muito grande.

E, aí, tem dados, que nós já colhemos, inclusive dados de delação premiada, em depoimentos junto ao Juiz Sérgio Moro, também meu conterrâneo lá do Paraná — inclusive, parabenizar aqui pelo trabalho que tem feito —, dizendo que houve lá em 2010 uma antecipação de recursos de 10 milhões de... 14 milhões de reais para a campanha. Isso está... São dados... Inclusive já veiculou na imprensa essa situação.

Então o senhor veja só... Além disso, a Jamp teria feito um contrato posterior — acho que vocês já sabem disso — à negociação desse Fundo Cevix lá com a WTorre no Porto de Rio Grande. O contrato foi um contrato feito depois do aporte da FUNCEF, só para mascarar uma contribuição que seria feita a um cidadão no valor



de 1 milhão de reais. Era só para pagamento, e aí tem todo... Que era o Sr. Milton Pascowitch que fazia essa intermediação toda. Então, olha o tamanho da importância.

Vocês que vieram aqui de vários Estados, eu vi, do Rio Grande do Norte, do Paraná, de São Paulo, Santa Catarina, de outros tantos Estados, é frustrante vir aqui e parecer que não aconteceu a reunião. Mas nós, durante a elaboração do nosso relatório, nós vamos fazer constar. Nós vamos fazer... E o relatório, ele não tem, por si só, o poder de punição ou de sanção. Mas ele tem o poder de encaminhar às autoridades competentes, Sr. Presidente, como ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, para que adotem as medidas. E nós vamos colocar isso de maneira minuciada, para que, de fato, realmente, ajude o Ministério Público, que é nosso parceiro, inclusive em troca de informações, que senta conosco constantemente, comigo, com o Presidente e com outros membros desta CPI, para debater troca de informações da nossa CPI.

Nós vamos precisar muito — e aqui nós temos alguns companheiros da Polícia Federal, Delegado, investigadores —, vamos precisar muito, do apoio da Polícia Federal para isso.

O trabalho da CPI vai se encerrar daqui a uns dias. Mas o trabalho... Na investigação, nós vamos ouvir...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Mas vai se encerrar, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Daqui a 60, 90 dias, vai encerrar. Mas vai continuar durante alguns anos na Justiça brasileira, perante os órgãos investigativos, para se apurarem todos os fatos que realmente corromperam ou corroeram os fundos de pensão por dentro.

Sr. Presidente, dentro ainda do meu tempo — mas não vou usar todo ele, porque infelizmente nós não vamos obter nenhuma resposta do Sr. José Antunes Sobrinho —, eu queria dizer aqui... repetir o que V.Exa. já falou e confirmar o seguinte: esta CPI, ela, de longe, ela não acabará em *pizza*. Vocês podem ter certeza disso. *(Palmas.)* Ela pode não agradar a todos nos seus 100%, ela pode não agradar. Mas ela terá um resultado prático, e já produz hoje, já produz hoje. É só chegar perante qualquer fundo de pensão investigado por esta CPI ou não para ver



se cometem as mesmas práticas que cometiam há 6 meses, 1 ano atrás. Há todo um temor, porque aqui nós temos o poder da convocação, nós temos o poder do indiciamento, nós temos o poder da investigação e, inclusive, o da condução forçada daqueles que não quiserem comparecer perante esta CPI. É lógico que respeitamos a legislação e o direito daqueles que não pretendem falar.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu tinha aqui uma série de perguntas muito importantes que eu gostaria de fazer ao depoente para tentar entender como é que um funcionário da FUNCEF, por exemplo, ele sai, num dia, da FUNCEF e depois vira funcionário da empresa de V.Sa. A gente precisava... E foi uma coisa muito rápida. Logo depois que acabou o aporte da FUNCEF no Fundo Cevix... Acabou no dia 30/7/2010, e, no dia 1/10, ou seja, 2 meses depois, ele já era funcionário. O Sr. Fábio, ele se desligou da FUNCEF e passou... Ele se desligou no dia 1/10, acabou de... Só para explicar bem certinho: a FUNCEF acabou de fazer o aporte de 260 milhões no dia 30 de julho, e, no dia 1/10, 2 meses depois, o Sr. Fábio se desligou da FUNCEF, e, no dia 7/10, 6 dias depois, era funcionário da empresa de V.Sa., a Desenvix.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Tem o nome completo dele aí, Relator? Fábio de quê?

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Só está Fábio Maimoni. Fábio Maimoni. Foi ele que emitiu o parecer técnico justificando e recomendando o investimento no Cevix.

Vocês vejam... São perguntas que nós queríamos esclarecer.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - *(Riso.)* Muito boa. O Deputado Enio disse que tem muita coincidência. Lógico. Provavelmente é um profissional muito bom. *(Risos.)*

Então, veja quão... a importância da presença de V.Sa. aqui. E, havendo prorrogação desta CPI e já resolvendo essa parte, caro Dr... Tracy? É isso?

**O SR. TRACY REINALDET** - Isso.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Que possa voltar a esta CPI para tentarmos esclarecer... Nós entendemos, respeitamos. Mas vejam quantos pontos são importantes.



E aqui nós temos, por exemplo, também... E tem toda a situação, né, do Gerson Almada. Eles eram Diretores lá da Rubi S.A. E até... Isso até outubro, que depois mudou de nome e entrou aí um tal de Cristiano Kok, o Álvaro Eduardo Sardinha. Tem toda uma celeuma aí que a gente queria esclarecer.

E tem uma outra situação que envolve a parte mais política. Aqui, é uma parte mais técnica. Mas há a parte mais política. Até vou deixar aqui esses pontos principais, porque, se um dia V.Sa. voltar a esta CPI, aí o senhor já saberá mais ou menos em que linha nós vamos inquiri-lo. Mas, por exemplo, assim, essa situação da Engevix com a Jamp, daquele contrato, para fazer assessoria numa captação de recurso da FUNCEF... O contrato foi feito 2 anos depois da captação. Como é que você vai dar assessoria sobre uma coisa que já foi feita? E 1 milhão de reais, né?

A gente fala aqui, nesta CPI... É tão estranho, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Quando foi? A data, Relator.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - A gente fala, Deputado Marcus Pestana...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Qual foi a data desse contrato?

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Esse contrato... Não tenho aqui na minha anotação, mas ela foi anterior à data do aporte da FUNCEF na WTorre. Não, foi posterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agora, recentemente?

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Foi há uns 2 anos, 3 anos. Aquele que era, segundo a informação dada à CPI...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Porque disseram que as irregularidades eram só de 98. Não foi data de 1998, não, né? *(Risos. Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Mas aqui, Deputado Marcus Pestana, V.Exa., que, junto comigo, ajuda a produzir o relatório, nós temos situações que precisavam ser esclarecidas e que envolvem...

Aqui alguns depoentes disseram que iam até a sede do Partido dos Trabalhadores, conversavam com o Sr. João Vaccari e diziam que pegavam o dinheiro da Engevix e do Cevix e levavam em mãos. Tem... Nós sabemos, temos informações aqui, dentro desta CPI. E que o dinheiro foi entregue, inclusive, numa



antecipação à campanha, no valor de 14 milhões de reais. Então, são fatos aí, num cenário mais político, que a gente precisa esclarecer.

Agora, digo a V.Sa., Sr. José Antunes Sobrinho, que nós temos dados muito substanciais da questão do Fundo Cevix, da Engevix, da Jamp, da presença de V.Sa. por vezes na... o registro de presença, de entrada e saída, elementos que eu dei aqui rapidamente. O senhor imagine, então, a quantidade de dados que nós temos dentro desta CPI.

Nesses dias, conversando com o Presidente, ele estava dizendo que precisava aumentar o tamanho da sala para já... Não cabe mais a quantidade de informações que nós temos lá dentro, na nossa sala-cofre. E muito bem guardado, com muita segurança.

E aqui, mais uma vez, eu queria enaltecer todos os membros, Deputado Arnaldo Faria de Sá, desta Comissão. Em nenhum momento, nenhum momento — olha como isso é importante quando a gente fala em sessão reservada —, nunca saiu, nunca vazou um “a” desta CPI. Nunca. Mesmo aquilo que a gente aprovava aqui, um requerimento, como foi aquela vez, para fazer busca e apreensão lá no banco BNY. Demorou, até o Juiz deliberar e tudo mais. Demorou aí 1 mês ou mais. Nunca, nenhum membro... E sabemos que nós temos aqui posições político-partidárias, ideológicas, mas nunca nenhum membro desta CPI, nem ninguém da assessoria, aqui, na pessoa do Saulo, que é o Secretário da Comissão, ninguém, vazou informação. *(Palmas.)* Isso é muito importante para nós produzirmos nosso trabalho.

E sabemos — e aí falando aos beneficiários — que muitos de vocês às vezes até não compreendiam a razão de uma sessão reservada. Porque é lógico que todo mundo quer assistir, né, Presidente? É bacana. Mas às vezes era necessário para que terceiros não produzissem ou escondessem as provas que nós queríamos cooptar ou trazer para esta CPI.

Sr. Presidente, eu encerro aqui a minha fala, mais uma vez lamentando muito a impossibilidade de colhermos aqui alguns dados que poderiam nos ajudar, ainda mais, no fechamento do nosso relatório.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Sergio Souza pela fala.

Reconhecida a inviabilidade do prosseguimento, pergunto se algum Deputado deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Pela ordem, então, o Sub-Relator, o Deputado Marcus Pestana.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu acho que é inútil a gente insistir e prosseguir com esta sessão. A Engevix ocupou um papel central num dos *cases* desse roteiro que a CPI já desvendou.

A interface da Engevix com os fundos se dá no setor elétrico, desde a Desenvix, Cevix, Belo Monte, e também na questão da Sete Brasil. Então, no setor elétrico e no setor petróleo, com a presença muito clara de atores como Milton Pascowitch, a empresa Jamp, e interfaces com atores presentes nessa novela nada... que não teve final feliz para os nossos aposentados e pensionistas dos Correios, da Caixa Econômica e da PETROBRAS.

Está muito claro que toda a trama, todos os personagens nessa arquitetura... E nós vamos avançar o mais possível com o nosso prazo, aí, seja ele qual for, mas o Ministério Público, a Polícia Federal e o Poder Judiciário prosseguirão na apuração dessa trama macabra. Mas a gente percebe claramente essa presença da Jamp, a interface — o processo de decisão é pouco seguro, muito pouco sólido —, e interfaces claras com atores como o tesoureiro João Vaccari, o ex-Ministro José Dirceu.

E o Dr. José Antunes, como Presidente do Conselho de Administração... Porque o conselho de administração é um órgão central na construção das estratégias empresariais, tanto que a Presidente Dilma era Presidente do Conselho da PETROBRAS — participou, de forma muito ativa, na vida, na história e em todas essas distorções que o País está assistindo.

É uma pena, mas é legítimo, dentro do Estado de Direito, é um recurso legítimo, dentro de uma estratégia de defesa pessoal. Então, eu não vejo por que a gente prosseguir. Acho melhor encerrar esta sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, Deputado Marcus Pestana. Apenas vou dar voz aos Deputados que porventura desejem falar — Deputado Éder Mauro, Deputado Arnaldo Faria de Sá e Deputada Erika Kokay.



O Deputado Delegado Éder Mauro está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqui presentes, ouvindo alguns colegas falarem, no início, principalmente colegas ligados ao Partido dos Trabalhadores, eu vejo que a gente aprendeu, durante todo esse tempo, algumas frases, como, por exemplo: *“O dinheiro que eu roubei, não fui eu, foi você” (palmas); “o sítio que eu comprei não é meu, é seu”; “o apartamento que eu comprei não é meu, é seu”; “o crime que eu cometi, não fui eu, foi você”.* (Palmas.)

Isso está comum, mas o povo não perde a esperança, Sr. José Antunes. As páginas de todos os jornais trazem aqui: *“Justiça Federal decreta a prisão do marqueteiro de Lula e Dilma”.* De Lula e Dilma. (Palmas.) Trinta milhões, trinta milhões, tirados da PETROBRAS, do povo brasileiro, estão em paraísos fiscais, utilizados em campanhas dessas duas pessoas. Só o juiz bloqueou 100 milhões de João Santana em bens, na operação denominada Acarajé.

Eu espero, senhoras e senhores, que um dia nós possamos chegar a outras denominações de operação da Polícia Federal, como, por exemplo, “o juízo final”, “a batalha final”, e que se chegue às prisões dos principais mentores, dos principais mentores, desses crimes, que roubaram o povo brasileiro e que afundaram este País. (Palmas.)

E volto, usando a minha fala, que se torna pública lá fora, para me dirigir ao Exmo. Sr. Juiz Sérgio Moro: Excelência, não se sinta só, não tenha receio — o povo brasileiro está do seu lado; o povo brasileiro está do seu lado. (Palmas.)

Com relação à empresa Engevix, que, por sinal, acabou esbarrando também lá para o lado do Estado do Pará, eu tenho alguns comentários, que dizem que o Sr. Gerson Almada, em delação premiada, pagou 2 milhões e 200 mil ao Sr. Milton, operador da Engevix, para que ela pudesse ser contratada na Usina de Belo Monte, no Estado do Pará.

E, por sinal, o Pará, senhores... Não bastasse a questão ambiental que o Estado do Pará sofre, com relação às construções dessa usina, e todo o acordo de compensação não beneficia em absolutamente nada o Estado do Pará, e simplesmente outros Estados, com os impostos retidos no destino e não na fonte... Como a questão da energia. O Estado produz a energia, e o paraense, senhoras e



senhores, paga a maior energia deste País. O Pará, hoje, sem dúvida, é simplesmente um almoxarifado do País.

Mas, como eu sei que o senhor está com um *habeas corpus* para não responder a perguntas, mas, com certeza, estará na CPI gravado... E, se o senhor quiser pelo menos dizer “*estou com o meu direito de permanecer calado*”, para que eu possa entender que o senhor ouviu o que eu falei...

Eu queria lhe perguntar: é verdade que o senhor se aproximou de Carlos Araújo, ex-marido da Presidente Dilma Rousseff, para destravar barreiras de empréstimos oficiais? (*Palmas.*) Há empréstimos negociados com alguma patrocinadora de fundos de pensão, como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil? Como se deu a sua aproximação com os fundos de pensão? Houve alguma intervenção política nisso?

Era isso que eu gostaria de falar.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.

**O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** - Com todo o respeito, Deputado, me reservo o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Eu já sabia disso, mas o povo está atento, de ouvidos atentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. fizesse sugestões junto ao Presidente da Casa, Eduardo Cunha, no sentido de pautar aquele requerimento de prorrogação da CPI para a gente poder resolver esses detalhes.

E queria fazer uma sugestão ao nosso Relator, o Deputado Sergio Souza: podemos fazer um requerimento pedindo informações por escrito, já que ele não quer falar. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa., como um dos Deputados mais antigos, um dos quadros mais preciosos desta Câmara dos Deputados e autor do requerimento de prorrogação aprovado



internamente na CPI, tenho certeza que estará junto, conosco, nessa demanda para que o Presidente da Casa possa pautar esse requerimento.

Já temos, por exemplo, aqui, a palavra do Líder do PPS, Deputado Rubens Bueno, do Deputado Raul Jungmann, do Líder do Democratas, Deputado Pauderney Avelino, que assumiram o compromisso, entre outros, de fazer a cobrança, na reunião de Líderes, para que seja pautado. E, assim que for definida essa data, eu tenho certeza de que essa mobilização dos aposentados estará em plenário, nas galerias, para auxiliar essa aprovação, porque eu tenho, sim, muita dificuldade em pensar que alguém poderá ter a capacidade de votar contra o apelo social de se prosseguir na investigação dos fundos. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, é só perguntar ao pessoal do POSTALIS, da FUNCEF e da PREVI qual o tamanho do prejuízo, porque eles sabem qual o prejuízo, imenso, para todos eles e para o País. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Até porque estão sentindo no bolso, e isso, para quem sustenta a família, muitas vezes com esse dinheiro... Para uns pode parecer pouco, mas para alguns faz falta para colocar o pão na mesa da família. *(Palmas.)*

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O primeiro aspecto é que todos e todas que estão nesta CPI querem proceder a uma investigação que seja uma investigação profunda. Profunda. Então não há os que não querem investigar, tanto é que todos os requerimentos que se derivaram em oitivas nesta CPI, todos eles, foram tirados de forma consensual. Então, não há aqueles que não querem investigar.

Há os que querem, já com opinião pré-moldada, já... Alguns, penso eu, começaram esta CPI já sabendo quem deveria ser indiciado, tanto é que há uma contradição carregada na fala do Presidente desta Comissão, quando diz que já tem claro quem deve ser indiciado, que já tem claro o dolo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu peço só que a retirada seja em silêncio, o protesto seja em silêncio, para respeitar a oradora.



**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - A retirada está absolutamente em silêncio. Não me incomodo com a retirada, Presidente. Está absolutamente em silêncio, de forma educada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço o respeito à oradora.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - A oradora tem sido respeitada. Nem sempre, mas, neste momento, sim.

Então, acho que carrega uma contradição muito grande o Presidente desta CPI dizer que já tem claros os indícios, que já tem claro o dolo, que já tem claro inclusive quem deve ser indiciado, quem deve ser indiciado — em dois momentos, o Presidente falou isso —, e, ao mesmo tempo, dizer que nós precisamos de mais 60 dias para proceder a uma investigação que, pelas palavras que aqui foram proferidas, é uma investigação que não servirá para formar opinião de alguns membros desta própria CPI, de alguns membros desta CPI.

Portanto, essa contradição expressa — que é a continuidade dos trabalhos desta CPI e nós nos furtarmos, de forma imediata, a começar a analisar o parecer do Relator — que essa prorrogação tem outros objetivos. Alguns talvez não possam ser ditos, alguns talvez não possam ser ditos, mas a verdade, ela sempre aparece, sempre aparece. E outros ficam mais nítidos e mais claros na tentativa da construção de palanques que, ao se constatar que eles predominam sobre a seriedade dos trabalhos de condução desta CPI, se descontroem com muita facilidade e provavelmente não se refletirão em votos, que é o que alguns desejam.

Mas eu venho aqui para dizer, em primeiro lugar, que aqui nunca foi dito, nunca foi dito, que houve influência dos representantes de fundos de pensão na elaboração dos investimentos com a Engevix ou com a Desenvix. Aliás, aqui foi dito que havia uma possibilidade de negociação com a Ecovix e que isso não se concretizou, não se concretizou, porque esse tipo de investimento não passou pelo crivo técnico de avaliação dos investimentos daquele fundo de pensão.

Então é preciso que nós tenhamos claro que, em nenhum momento, nenhum momento, pessoas relacionadas com a Engevix vieram aqui e disseram que houve influência dos representantes de fundos de pensão, da FUNCEF particularmente, na elaboração dos investimentos.



Aliás, aqui foi dito... E é bom que nós possamos resgatar a memória. A memória é fundamental para que nós possamos tomar as posições que sejam pautadas na honestidade e que sejam pautadas em objetivos que podem ser explicitados e que podem ser ditos, porque nem todos podem. Mas aqui já foi dito que o valor final de negociação na FUNCEF... pretendia o menor valor e a Desenvix pretendia o maior valor.

A pretensão... Eu estou repetindo as palavras que aqui foram ditas pelo Diretor Demóstenes. A pretensão da Desenvix provavelmente era superior ao valor máximo da nossa avaliação. A pretensão da FUNCEF era o menor valor possível. O valor que se conseguiu negociar estava dentro de um valor economicamente defensável.

Recentemente, entrou uma outra empresa na sociedade, uma empresa norueguesa, que é a maior empresa de geração de energia da Noruega. A Noruega é o país da Europa que é o maior exportador de geração de energia para outros países.

Essa empresa entrou avaliando a Desenvix, com a participação da FUNCEF, em 1 bilhão e 700, mais de 1 bilhão e 700 milhões de reais. Portanto, bem acima do nosso valor de avaliação — só para que se tenha claro o que a FUNCEF negociou. E essa negociação que a FUNCEF fez diminuiu o preço do investimento, que posteriormente foi avaliado num valor muito maior.

E aqui também diz que, pouco tempo depois da entrada da FUNCEF na Desenvix, uma empresa multinacional de grande tradição no setor de energia também entrou como sócia da Desenvix, pagando um preço superior ao que a FUNCEF pagou.

Isso são dados, é memória desta própria CPI, memória que é rasgada de acordo com os interesses, que muitas vezes podem não ser ditos, não há como serem ditos, mas interesses que não estão de fato naqueles que querem apurar todas as irregularidades e a existência ou não de dolo por parte dos fundos de pensão.

Também foi dito aqui que havia uma participação da FUNCEF na companhia RG Estaleiros S.A. e que... E a Fundação, ela não detém participação acionária na Ecovix, a empresa que atua na construção de equipamentos navais, e foi dito que



detinha. Foi dito que detinha. Mas muita coisa é falada! Eu lembro que, numa das primeiras reuniões que nós tivemos aqui nesta CPI, foi dito que havia um conluio, um conluio, que se associava à Lava-Jato, que se associava a financiamentos, ao esbulho dos recursos dos participantes do fundo de pensão, entre a FENAE e a própria FUNCEF, numa empresa da FENAE, que contratava, que contratava, o manuseio e a plataforma para que o fundo de pensão pudesse estabelecer os seus empréstimos, os empréstimos a seus participantes.

Ora, se havia esse conluio, se esse era um negócio não visto, por que os representantes eleitos, auditores da Caixa no fundo de pensão, se recusaram a fechar e a encerrar o contrato que foi sugerido pela FENAE? Se recusaram!

Se há esse caráter nebuloso, por que essa carteira que representava por volta de 800 milhões... Hoje representa 2 bilhões e 300 milhões! Por isso os diretores eleitos solicitaram à FENAE, à empresa da FENAE que ela continuasse contratada pela FUNCEF, para continuar o processo de empréstimo aos participantes dos recursos estabelecidos.

Então, vejam, não se pode, não se pode, falar uma mentira tentando esculpi-la, tentando fazer com que ela seja moldada e ela seja vestida com aparente verdade.

Aqui, já foi dito também que a empresa que avaliou o investimento da FUNCEF na OAS era a mesma empresa que avaliava a OAS. Não é verdade. Não foi a Deloitte a empresa que procedeu a esse tipo de investigação, em conflito de interesses.

Também foi dito que havia problemas no plano de investimento. Os auditores eleitos da Caixa Econômica Federal aprovaram o plano de investimento da FUNCEF mais uma vez. O plano de investimento da FUNCEF foi aprovado por unanimidade. Ele não foi aprovado apenas pelos representantes das patrocinadoras, nem poderia se efetivar assim, porque há paridade nos conselhos e no conselho diretor.

São fatos. São fatos. Vamos proceder a uma investigação com seriedade, para punir aqueles que são responsáveis por lesar os recursos dos beneficiários ou por lesar os recursos dos participantes dos fundos de pensão. Vamos fazê-lo com honestidade. Vamos fazê-lo, para que realmente aqueles que são responsáveis e carregam dolo na sua atuação paguem por isso e devolvam os recursos aos



participantes dos fundos de pensão. Não vamos fazê-lo com uma tosca mentira. Não vamos fazê-lo com as roupas rotas, que buscam esconder a falta de verdade ou um conflito com a verdade absolutamente aparente.

Recentemente, a FUNCEF reajustou as aposentadorias em 11,38%, um valor inclusive maior do que a categoria arrancou em uma greve duríssima. Portanto, é preciso que nós tenhamos a clareza absoluta de que nós estamos aqui não para utilizar o sofrimento dos participantes dos fundos de pensão como escada para galgar postos eleitorais, ou para qualquer outro interesse — alguns deles não podem ser ditos.

Nós estamos aqui para apurar, para ver o que tem dolo de fato, para punir os culpados. Nós estamos aqui para respeitar os que constroem, todos os dias, os fundos de pensão neste País. Nós estamos aqui não para utilizar esta CPI como palanque para atacar Dilma, Lula, ou quem quer que seja. Isso é um desrespeito com os fundos de pensão. É um desrespeito com os participantes, porque penso que os participantes que acompanham as oitivas desta CPI não estão aqui para servir de número para o coro desafinado dos que querem utilizar esta CPI não para punir os culpados se porventura for comprovada, assegurada e estabelecidas a culpabilidade. Mas estão aqui apenas para utilizar esta CPI dos Fundos de Pensão para poder efetivar o coro desafinado dos que querem utilizar o sofrimento dos participantes dos fundos de pensão, utilizar o sofrimento de todos aqueles que constroem esses fundos de pensão para trabalhar numa perspectiva partidária, ideológica, e não em defesa real e concreta dos participantes dos fundos de pensão.

Por isso aqueles que vão têm que aprender a escutar, têm que ler os depoimentos que aqui foram estabelecidos, têm que constatar as contradições, para que sejamos justos e não utilizados como massa de manobra de quem quer que seja.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade já estiveram nesta CPI muitos depoentes que vieram protegidos por *habeas corpus* desnecessariamente. Não há necessidade de *habeas*



*corpus*. A legislação pátria prevê — como advogado eu sei disso — que ninguém é obrigado a falar. A pessoa fala o que quer, quando quer e como quer. Ninguém vai ser pego pelo pescoço, chacoalhado aqui para dizer algo. Então, nem precisava de *habeas corpus*. Mas é claro que, em não falando, diz o Direito brasileiro e também o Direito americano, com o qual temos um pouco de semelhança: “*Tudo que tu dizes pode ser em tua defesa e pode ser contra ti também.*” E, às vezes, é mais contra do que em defesa própria. Por isso muitos se propõem a calar ao invés de dizer algo que possa depois se reverter, porque é natural que você diga algo em sua defesa. O que não é corriqueiro e cotidiano é falar coisas que depois possam se voltar contra aquele que está prestando as declarações.

Mas, de qualquer sorte, já esteve aqui o Sr. Gerson Almada, que também era da Engevix e é sócio do Sr. José Antônio Sobrinho na Engevix, e que juntos têm a Desenvix — só faltam Asterix e Obelix. (*Risos.*) Mas a verdade é que nós temos nisso tudo aqui — é risível, se não fosse dramático — um drama para todo mundo. Eu sei que é um drama para todo mundo, inclusive para o Sr. José Antunes Sobrinho, porque ele está numa enrascada.

O que eu espero é que esse drama, que é dos trabalhadores, especialmente os dos Correios, porque são os grandes lesados nesse processo, e os da FUNCEF, passe a ser um drama também da outra parte, e que esse drama possa ter um bom fim para os dois lados. E a maneira que eu vejo de haver um fim minimamente razoável para os dois lados é: quem se aproveitou pague a conta, devolva o dinheiro dos servidores da FUNCEF. (*Palmas na plateia.*)

Eu diria que isso é um pouco daquilo que está na Bíblia: expiar os pecados, ou seja, devolver esse dinheiro que foi mal havido, não fez bem para a Engevix nem para a Desenvix, nem para os outros “ix”, e fez um mal muito grande para os servidores; fez e está fazendo um mal muito grande para a FUNCEF. E, por consequência, nós estamos assistindo a isso em cada um dos outros fundos de pensão, como é o caso da PETROS, do POSTALIS, e da própria PREVI, que tem as suas angústias também.

Eu sou funcionário do Banco do Brasil, e naturalmente tenho relações muito próximas com a PREVI porque conheço a sua realidade. E aqui nós temos a leitura de que a negociação feita entre a Engevix e a FUNCEF foi, a seu tempo, lá atrás, de



260 milhões. Hoje, atualizados e corrigidos os valores reais de mercado, talvez cheguem a 1 bilhão. Então, é algo enorme, são valores expressivos que precisam ser repostos. Os funcionários que estão aqui são servidores apenas representativos, na verdade são muito mais, são dezenas, centenas, milhares no Brasil. Eles, imagino, não têm nada contra a Engevix, contra o Sr. José Antunes Sobrinho, mas eles têm contra aqueles que lograram.

Então, eles querem de volta o seu patrimônio e que cada um siga o seu caminho. O que eles precisam nessa hora, muito mais do que ver alguém ir para a cadeia ou ficar em prisão domiciliar com tornozeleira, muito mais do que isso é a reposição do dinheiro. Aliás, esse é o mal do Brasil. A pessoa vai lá, pega uns dias de cadeia e é como se pagasse a conta, mas aquele que tomou o prejuízo não recebeu nada. *“Ah, eu paguei para a sociedade”*, mas não pagou para quem devia. E, quem tem a haver fica a ver navios, porque não vê nada das coisas que ali estão acontecendo. Então, é um valor bem expressivo que tem um significado importante.

Eu compreendo o senhor não ter se manifestado, mas eu tenho a leitura e a informação de que o senhor estaria preparando uma delação premiada. Eu quero aqui fazer um apelo. Se isso efetivamente está próximo a acontecer, se se caminha nesse sentido, se é esse o desejo, é preciso que se tenha bem claro no horizonte que a delação premiada pressupõe a reposição dos valores que foram surrupiados das vítimas desse processo, no caso específico a FUNCEF. Então, mais do que confessar as coisas feitas, é preciso devolver o dinheiro, pagar a FUNCEF. Parece-me que essa é a razão maior de todo esse enfrentamento aqui. *(Palmas na plateia.)*

Eu não tenho o interesse em ficar pisando neste ou naquele, ofendendo, achincalhando a vida deste ou daquele. Eu nem o conheço. V.Sa. tem família, tem uma história de vida, tem prestígio. Tenho certeza de que tem algo assim relevante. Eu imagino isso, pela sua história como empreendedor, como homem de negócios. Só que esse negócio deu errado! Então, é preciso corrigi-lo. E essa correção vai ser boa tanto para os trabalhadores quanto para V.Sa., que vai descarregar, botar fora. Como diria o velho Brizola: vá lavar o corpo nas águas do Rio Jordão para se purificar um pouco!

Isso é o que eu posso fazer de apelo nesse sentido. Nós virmos aqui para falar mal de V.Sa... Eu não tenho nada de mal para falar a respeito de V.Sa. O que



eu tenho a dizer é que, com o negócio que fez, V.Sa. lesou uma montanha de gente. Assim como os seus filhos, netos, parentes, amigos estão sofrendo por conta desse momento que V.Sa. está vivendo, aqui do outro lado dezenas, centenas, milhares de pais, mães, maridos, esposas, filhos também estão sofrendo. *(Palmas na plateia.)*

Por isso, com vista ao equilíbrio dessa relação, eu faço o apelo para que seja feito um acordo não apenas de delação premiada, mas também de devolução dos recursos aportados por conta do negócio mal feito que lesou essas pessoas. Elas não têm de onde tirar. Elas não têm como pagar. Elas não têm onde buscar. É impossível elas voltarem a contribuir tudo de novo, depois do tanto que deram.

E eu quero aqui dizer mais. Eu sei que, nesse contexto, ninguém faz negócio sozinho. Os que eram dirigentes, diretores, presidente da FUNCEF também estão no meio. Se um não quer, dois não brigam. Se um não fizer, sozinho ninguém faz. *(Palmas na plateia.)*

Então, é preciso esse equilíbrio. E eu quero deixar bem claro o nosso propósito nesta CPI. A CPI não foi criada para pisar politicamente neste ou naquele partido, para desmerecer este ou aquele. Agora, se os fatos por si sós, uma vez descobertos, vierem a desmerecer este ou aquele partido, o problema será do partido. Quem o pariu que o embale. Quem fez que aguente o tirão. Quem se propôs a essa ação vai aguentar as consequências dela. Quem semeia vento colhe tempestade. Quem planta da boa semente colhe do bom fruto. Mas eu vi que há muito vento semeado e muita tempestade para colher. E a tempestade é a primeira, a segunda, a terceira, a quarta, a quinta, a décima, a vigésima, a vigésima terceira. E 24 é número do bicho, não é? Então, pode ser mais pesado ainda. A operação 24 pode ser mais pesada ainda.

Então, o que nós queremos, Sr. José Antunes sobrinho, é isso aí. Com o seu advogado, sua equipe, o senhor está vendo o que está acontecendo. É melhor mediar isso com um acordo não apenas de delação premiada, como também devolver para aqueles que têm o direito o que lhes é devido de forma lícita, clara e transparente. *(Palmas na plateia.)*

Esse é o meu propósito. Eu não vou lhe fazer nenhuma pergunta; o senhor não vai responder mesmo. Eu sei que o senhor tem o direito de não responder. Mas eu tenho o dever de lhe dizer isso com sinceridade, com carinho, com respeito, sem



depreciá-lo. O senhor tem a sua história de vida. O senhor pode sair dessa. Pode sair dessa. Agora, o senhor tem que fazer a parte que lhe cabe. Se o senhor não fizer a parte que lhe cabe, o senhor não sai dessa. Então, é preciso dizer quem é quem. E se o senhor acha que não tem esse ou aquele para entregar, bom, entregue o que o senhor pegou, devolva o que o senhor levou, devolva o que a sua empresa levou. Isso já é mais do que meio caminho andado. É a minha contribuição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Palmas muito merecidas pelo seu belo pronunciamento, Deputado Pompeo de Mattos. Eu pude, inclusive, observar, durante o seu depoimento, que aqui ao meu lado o Sr. José Antunes Sobrinho chegou a se emocionar, principalmente quando o senhor falou da família dele.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E é verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muitas vezes, as pessoas acham que momentos como esse são estéreis, do ponto de vista da investigação. Mas eu tenho certeza de que, às vezes, em momentos como esse, quando se olha a face desses aposentados, como o Sr. Antunes Sobrinho está fazendo neste momento, têm um efeito psicológico que pode definir, inclusive, sobre uma decisão de fazer ou não uma delação premiada; de aceitar os argumentos que V.Exa. trouxe, por saber que, como existe a família dos aposentados, que estão aqui também, querendo resgatar esse patrimônio perdido, há a história de vida do Sr. Antunes Sobrinho e sua família. E, para a família dele, um ato de arrependimento e de reconhecimento de culpa ajuda muito também. Então, para aquelas pessoas que até criticam, dizendo: "*Se a pessoa vem protegida por habeas corpus, por que vem?*", eu queria dizer que me senti realmente sensibilizado com as palavras V.Exa., Deputado. Vi a reação emocional que aconteceu e espero que ela tenha sido capaz de ajudar no convencimento. E me parece que estamos caminhando para isso. Esta CPI não tem o poder de fazer delação premiada. A delação premiada é um instituto exclusivo do Poder Judiciário e do Ministério Público. Mas nós esperamos que ela aconteça, porque, depois de todo o trabalho de investigação da CPI, o *modus operandi* que nós investigamos e identificamos, uma delação premiada que



aconteça no âmbito do Judiciário virá a comprovar toda a tese que nós estamos defendendo.

Então, leve em conta, Sr. Antunes Sobrinho, na sua decisão, que é de foro íntimo, com a sua defesa, o fato de que, além da sua história pessoal, da sua vida familiar, da vida dos aposentados e beneficiários que estão aqui colocados, o esclarecimento de fatos de dentro para fora é essencial para que esta CPI conclua todo um trabalho de investigação muito bem feito, como já foi citado aqui. E há uma expectativa muito grande desta Comissão nesse sentido.

Apenas faço aqui uma referência, antes de encerrar os trabalhos. Segundo as palavras do Sr. Tracy Reinaldet e do pouco que o senhor falou no início, na sua apresentação pessoal, a oitiva fica suspensa. Caso, como foi dito pelo seu advogado, fatos que hoje são impeditivos para que se possa responder às perguntas sejam resolvidos, garantiremos o seu retorno a esta Comissão para esclarecer e decifrar os enigmas e mistérios que ainda permanecem sobre as operações dos fundos de pensão.

Então, agradeço a V.Sa. a presença. Espero que leve em consideração o que foi dito e ouvido aqui. E que não tenha sido em vão o deslocamento de tantas pessoas para esta audiência hoje. Esse meu recado é para vocês. Não saiam frustrados daqui. Se neste auditório não houvesse esta presença maciça de vocês hoje, talvez o convencimento do depoente poderia ser outro, na decisão que ele, junto com a defesa, deve tomar. Deus escreve certo por linhas tortas. Quem sabe esse silêncio aqui, hoje, não signifique a verdade, que aparecerá amanhã?  
*(Palmas.)*

Eu agradeço a todos os senhores.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos...

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Sr. Presidente, eu só pude chegar agora, porque estava presidindo a Comissão de Fiscalização da Duplicação da BR-101 no Espírito Santo, mas eu gostaria de fazer um breve registro. É importante, mesmo porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Antes de encerrar, concedo a palavra a V.Exa.



**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Se V.Exa. me permitir, vou ocupar o tempo por apenas 3 minutos.

No dia 6 de outubro de 2009, foi noticiado pela FUNCEF, por meio de seu então Presidente, que a FUNCEF estava abrindo um leque de diversificação das suas aplicações. Dentre elas, criou-se uma empresa chamada Cevix, uma empresa que, em *joint venture*, associou-se à Engevix para investir em pequenas centrais hidrelétricas, as PCHs. Esse é um relato.

Também na mesma notícia informou o Presidente que outra linha da diversificação era o reflorestamento. A FUNCEF e a PETROS investiram 550 milhões de reais no Florestal Fundo de Investimento em Participações, lançado pela família dos controladores do Frigorífico JBS. Os recursos vão servir para reforçar o projeto da empresa Florestal Investimentos na compra de terras e plantio de eucalipto.

Lá na frente, em 2011 — isso a que me referi foi em 2009 —, a JBS, já com esse Presidente da FUNCEF de 2009 no seu Conselho de Administração...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Qual o nome dele?

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Sr. Guilherme Narciso de Lacerda.

Em 2011, a JBS compra e incorpora — está aqui a ata comigo — a Biolins Energia S.A.

Então, lá atrás, a tal da Cevix foi criada para, em *joint venture* com a Engevix, adquirir PCHs. Pode ser que essa Biolins tenha relação com esse investimento de 2009. E, em 2011, ela foi incorporada pela JBS, da qual o Sr. Guilherme Lacerda se tornou conselheiro de mercado. É essa a posição.

Eu só queria fazer esse registro, porque nós estamos acompanhando isso. Infelizmente, hoje, eu não pude estar presente para poder me debruçar mais sobre essa matéria.

É esse o registro que eu queria fazer. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Agradeço a apuração da sua assessoria.

Eu só não entendi uma coisa, e é importante para esta Presidência. O então Presidente da FUNCEF era...

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Em 2009...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - ...Guilherme Lacerda. Ele saiu e ficou como conselheiro de qual empresa? Da Biolins?

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Da JBS, que, em abril de 2011, ou seja, menos de 2 anos depois, adquiriu a empresa Biolins Energia S.A., que incorporou ao seu leque de investimentos. Essa empresa pode ter sido lá da Cevix, que recebeu investimento da própria FUNCEF.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Aguardamos que V.Exa. se aprofunde nessa investigação com sua assessoria e esclareça esses últimos fatos. Isso é muito bem-vindo a esta Comissão.

Deixo a palavra à disposição, para as considerações finais, caso desejem fazer uso, ou ao Sr. José Antunes Sobrinho ou ao seu advogado, em seu lugar.

**O SR. JOSÉ ANTUNES SOBRINHO** - Bom, eu escutei. O dito ouvido foi. Eu agradeço a oportunidade e, como eu disse, desde o início da minha abertura aqui, numa condição vindoura, que nós possamos ter condição, eu voltaria. Estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Espero que essa condição vindoura se efetive e a tempo de pegar ainda esta CPI na ativa, confiando na prorrogação que iremos trabalhar para conseguir.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária em plenário, em data e hora a serem informados oportunamente.

Está encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)